

EUA avisam: sem plano não há dólares.

Os EUA querem saber para onde vai nossa economia

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, repetiu que "o Brasil só obterá novos empréstimos se apresentar um novo plano de austeridade econômica", ao depor, ontem à tarde, numa subcomissão da Câmara. Baker também disse que "a reforma econômica brasileira, conhecida como Plano Cruzado, deu certo algum tempo, mas não funciona mais".

O assunto de Baker, na Câmara, ontem, não era o Brasil. Mas ele ainda lembrou "a mensagem" que fleu ao ministro Dílson Funaro em sua recente passagem por Washington: "Sem um novo plano econômico não há rolagem da dívida, nem mais dinheiro".

Um novo encontro entre funcionários do governo brasileiro com vários banqueiros credores privados e o próprio secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, poderá ocorrer neste sábado e domingo, ou no começo da semana que vem, em Miami, onde será aberta, a partir de amanhã, mais uma importante assembléia dos governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

"Poderá ocorrer", assim, ainda entre aspas, porque, segundo um porta-voz do BID afirmou ao JT, ontem, "o Brasil ainda não comunicou oficialmente se manda uma delegação, nem quem a formará".

O mesmo porta-voz ainda lamentou que "o Brasil é um dos poucos países que não confirmaram presença", o que para ele parece estranho, já que a dívida dos países latino-americanos será o tema dominante à margem da agenda oficial da assembléia dos governadores do BID.

— A dívida não é, na verdade, uma matéria que se discutirá diretamente durante as reuniões. Mas convidamos muitos banqueiros que vão querer entrar em contato com os brasileiros. Quem sabe as negociações avancem, facilitadas por um clima de informalidade? — pergunta um porta-voz oficial do BID, surpreso pelo grande número de pedidos de credenciamento de jornalistas. O que obrigou à criação de uma ampla Sala de Imprensa no Hotel Intercontinental de Miami, onde será aberta a assembléia dos governadores do BID.

O assunto oficial dominante da reunião é uma disputa entre os Estados Unidos e os países devedores latino-americanos, sobre quem

controla os bilhões de dólares de empréstimos do BID.

Os Estados Unidos, um dos maiores sócios do banco, tem um poder de voto correspondente à sua contribuição, 34%. E este total não lhe dá direito a veto sobre o destino do dinheiro emprestado, mesmo somando o poder do Canadá, seu aliado nas votações.

A maioria dos outros 16 países industriais que financiam o BID — entre eles o Japão, a Alemanha, a Inglaterra e a França — acha que a administração Reagan está querendo muito, ao pretender o direito a um veto absoluto, embora aprove outras mudanças que estão sendo propostas para discussão nas reuniões de amanhã e de sexta-feira.

"É muito difícil que este impasse seja resolvido em Miami", antecipa um porta-voz do BID, falando ao JT.

Um compromisso previsto pelo **The New York Times** de ontem pode surgir, se os países devedores e outros membros do BID concordarem em aceitar uma maior influência norte-americana sobre os empréstimos, sem conceder o direito de veto aos Estados Unidos.

A administração Reagan, diz-se em Washington, não se recuperou do empréstimo de 30,7 bilhões de dólares do BID à indústria pesqueira da Nicarágua, em 1983. E seu endurecimento, agora, no momento em que se discute a provisão de novos fundos para o banco, teria relação com a suspensão do pagamento dos juros de sua dívida pelo Brasil e o Equador.

Gente que contribui com a maior parte dos fundos do banco acha que deve ter maior poder de decisão sobre a maneira como o dinheiro é gasto — explicou um dos vice-presidentes executivos do BID, Michael E. Curtin, que representa a Secretaria do Tesouro norte-americana.

O momento para as pressões americanas não poderia ser melhor. O BID está esgotando os 15 bilhões de dólares que lhe foram canalizados pelos países industrializados ocidentais entre 1983 e 1986. O banco está com o suficiente para manter o corrente nível de créditos por mais um ano, precisando de 25 bilhões de dólares novos para funcionar até 1990.

**Moisés Rabinovici,
de Washington.**